



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA - UNILAB
INSTITUTO DE HUMANIDADES
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

FLORIANO CABETO MENDES

**POLÍTICAS LINGUÍSTICAS E AS LÍNGUAS NACIONAIS NA PROVÍNCIA DE
LUANDA- ANGOLA**

REDENÇÃO/ACARAPE

2020

FLORIANO CABETO MENDES

POLÍTICAS LINGUÍSTICAS E AS LÍNGUAS NACIONAIS NA PROVÍNCIA DE
LUANDA- ANGOLA

Trabalho de conclusão de curso, apresentado
como requisito parcial para obtenção do título de
Bacharel em Humanidades, pela Universidade da
Integração Internacional da Lusofonia Afro-
Brasileira.

Orientadora: Prof.^a Ana Paula Rabelo Silva

REDENÇÃO/ACARAPE

2020

SUMÁRIO

1. RESUMO	4
2. INTRODUÇÃO	5
3. DELIMITAÇÃO DO TEMA	6
4. OBJETIVOS	6
4.1 Objetivo geral	6
4.2 Objetivos específicos	6
5. JUSTIFICATIVA	7
6. PROBLEMATIZAÇÃO	9
7. Hipóteses	10
8. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	10
8.1 CONTEXTUALIZAÇÕES DAS LÍNGUAS EM LUANDA- ANGOLA	10
8.2 POLÍTICAS LINGÜÍSTICAS NA EDUCAÇÃO ANGOLANA	13
9. METODOLOGIA	16
10. Sobre procedimentos de análise de dados	16
11. CRONOGRAMA	17
RÊFERÊNCIAS	18

RESUMO

Considerando o conceito de Políticas Linguísticas de Calvet (2007), a presente pesquisa, de cunho qualitativo, analisa a valorização das línguas nacionais em Luanda-Angola, a partir do uso do Português em instituições educacionais, implementação da língua portuguesa no ensino formal, órgãos de comunicação social e da legislação nacional. Além deste, são objetivos da presente pesquisa: a) Analisar as políticas linguísticas que contribuem na desvalorização das línguas nacionais na sociedade luandense; b) Descrever quais são os fatores que levam os luandenses na desvalorização das línguas nacionais no seu meio social; e c) Examinar os fatores e as causas da desvalorização das línguas nacionais e como elas podem influenciar outras províncias de Angola. A metodologia utilizada para a coleta dos documentos oficiais, leis e regulamentos internos da política educacional e das políticas internacionais de Angola é de caráter exploratório.

Palavras-chave: Políticas Linguísticas. Língua Portuguesa. CPLP

INTRODUÇÃO

Este trabalho pretende discutir as políticas linguísticas e as línguas nacionais na província de Luanda, capital de Angola, a partir de fatores que influenciaram e continuam a influenciar para a desvalorização das línguas nacionais e que também podem influenciar no fluxo das relações de Angola e como as relações de poder e práticas interferem na relação entre língua e o indivíduo.

Durante o período do regime colonial (1445 - 1975) em Angola, o sistema educativo privilegiou o uso da língua portuguesa, tendo sido marginalizadas as línguas faladas pela população nativa desde o período da colonização do povo angolano por Portugal até o período pós-independência. Em 1975, mesmo com a ruptura administrativa entre Angola e Portugal, o ensino continuou a ter as mesmas peculiaridades das políticas linguísticas de sua época de colonizado.

Pensar as escolhas das línguas de um país, pensar em como essa língua será estudada na escola, pensar na relação de poder que as diferentes línguas de um mesmo país estabelecem entre si, enfim, tudo isso faz parte das políticas linguísticas que decidem como as relações de poder serão estabelecida por meio da língua.

Este presente projeto fala sobre as políticas linguísticas e as línguas locais existentes em Luanda e de que modo às políticas linguísticas influenciam as políticas públicas criadas pelo estado angolano e como ele vem valorizando a língua portuguesa e ao mesmo tempo tirando o prestígio dessas línguas nativas. Esse tema foi pensando também como sendo nato da província de Luanda e não ter aprendido a falar nenhuma língua local tanto na escola, em casa e no meio social em si.

DELIMITAÇÃO DO TEMA

Um estudo da documentação que baseia as políticas linguísticas nas instituições educacionais em Luanda – Angola, considerando a correlação de poderes existente entre as Línguas Nacionais (Kikongo, Kimbundo, Tchokwe, Umbundu, Oshikwanyama, Nganguela e Português). Onde a língua portuguesa é considerada língua oficial e detém um estatuto institucional. Em toda Angola, ela é reconhecida como instrumento de unificação de uma nação multilíngue, apesar das disputas de poder com línguas locais.

4 OBJETIVO

4.1 Objetivo geral

Considerando os conceitos de Políticas Linguísticas (SEVERO, 2013; OLIVEIRA, 2004; CALVET, 2007), a presente pesquisa visa analisar a valorização das línguas nacionais em Luanda-Angola, a partir do uso do Português em instituições educacionais, considerando o período colonial de pós-colonial.

4.2 Objetivos específicos

a) Descrever quais são os factores que levam os luandenses na desvalorização das línguas nacionais no seu meio social, a partir da observação da implementação da língua portuguesa no ensino formal, em órgãos de comunicação social legitimada na legislação nacional.

b) Analisar as políticas linguísticas que contribuem na desvalorização das línguas nacionais na sociedade luandense.

5 JUSTIFICATIVA

Angola, com 24,3 milhões de habitantes (ANGOLA/INE, 2014), é um país que tem 18 províncias, cada, uma delas constituída, por uma combinação diferente dos seguintes povos, etnia e língua. Sua capital é Luanda, onde se concentra o maior número da população – com 6,5 milhões (ANGOLA/INE, 2014) extremamente heterogêneos, pois são provenientes de outras zonas do território nacional. Luanda é a cidade econômica e politicamente mais desenvolvida do país, num cenário em que 62% da população está localizada em áreas urbanas (idem). Assim como em todo o território nacional, o português também é sua língua oficial.

Segundo Fonseca (2012, p. 2), “A pluralidade e diversidade existentes em Angola estão retratadas particularmente nas línguas faladas e que estão situadas e representadas também em Luanda”. Podemos afirmar que a língua portuguesa, nesta pluralidade linguística, coexiste com as línguas vernáculas de raiz bantu, que são Kikongo, kimbundo, tchokwe, umbundo, mbunda, kwanyama (FONSECA, 2012, p. 2).

Entendemos que ainda hoje Angola não consegue se desvincular das influências sofridas durante o processo de colonização, principalmente pelo impacto que a língua portuguesa tem na educação, na comunicação, na cultura, na política e na economia.

Ainda tratando da diversidade dos povos e das línguas, trazemos o quadro a seguir.

QUADRO 1 – Povos e línguas de Angola

Povos	Línguas
Bakongo	Kikongo
Mbundu	Kimbundu
Lunda Cokwe	Tutchokwe
Gangela	Tchiganguela
Ovimbundu	Umbundu
Nhaneca-humbe	Lunhaneka
Ovambo	Kwanyama
Herero	Tchiherero
Bosquimanos	Khoisan

Fonte:

<https://ciberduvidas.iscteul.pt/outros/diversidades/areas/L%C3%ADnguas%20de%20Angola/pagina/1>

Angola foi ocupada pelos portugueses nos meados do século XV, quando foram obrigados a seguir a ideologia portuguesa em que o sistema colonial proibia que o uso e estudo das línguas nacionais. A população nativa foi obrigada a usar a língua portuguesa, substituindo as línguas autóctones nos usos cotidianos.

Segundo Araújo (2014, p.164)

A história colonial de Angola contribuiu sobremaneira para um quase que total descaso com as línguas nativas dos seus povos. De acordo com o Ethnologue (LEWIS; SIMONS, 2013), cerca de 40 línguas são faladas em todo o território do país, mas infelizmente, devido a fatos como o tráfico de escravos do século XV ao XIX, **a política proibitiva do uso das línguas nativas no período colonial por parte de Portugal, entre 1919 e 1960, e as guerras entre 1961 até 2002 fizeram de Angola um país marcado pelo multilinguismo e pela velha política oficial do monolinguismo** (MONTEAGUDO, 2012). Todos esses fatores influenciaram lamentavelmente para a escassez de estudos e pesquisas das línguas faladas nesse país até recentemente. (grifo nosso)

Em 1975, com a proclamação da independência de Angola e a saída em massa dos portugueses no território angolano, havia uma forte esperança de mudança em relação à valorização da cultura e das línguas nacionais. Acreditava-se que o povo voltaria fazer o uso constante dessas línguas locais, sem depender da língua portuguesa. Contudo, as mudanças não ocorreram, porque os líderes angolanos ainda tinham uma ideologia eurocêntrica e é a partir dessa ideologia que eles até hoje se mantêm no poder.

Muitos daqueles que se tornaram combatentes e lideranças do MPLA estudaram na juventude em Portugal, no entanto **não tiveram a oportunidade de conhecer os amplos e complexos rincões culturais, sociais, políticos, filosóficos e linguísticos tradicionais das diversas etnias do país**, como nos informa Manuel Jorge (1998). Neste sentido, não tiveram contato com as línguas autóctones de Angola. (FONSECA, 2012, p.3, grifo nosso)

Eles continuam exigindo o uso frequente da língua portuguesa. Uma prova da importância que dão à língua do colonizador é a manutenção de seu uso em órgãos de comunicação social, a manutenção da implementação da língua portuguesa no ensino formal e a manutenção da língua portuguesa como única língua oficial legitimada pela legislação angolana.

Esses fatores não apenas influenciam a escolha linguística dos novos falantes nativos de Luanda, como interferem nas decisões sobre as políticas linguísticas do país, onde algumas línguas já não permanecem vivas. É necessário um estudo para se comprovar o desuso das línguas nacionais – considerando o grupo de falantes nascidos nas últimas quatro décadas - na província de Luanda. A nossa hipótese, que não será testada em campo nessa pesquisa, é que o abandono do uso das línguas nativas ocorre motivado pelos fatores anteriormente mencionados. Vale ressaltar que as escolhas linguísticas de Luanda são econômica e politicamente relevantes, pois sendo a capital do país, com a maior concentração populacional, podem influenciar outras províncias.

Essa pesquisa se faz relevante dada a pouca bibliografia sobre o tema no Brasil e em Angola. A presente contribuição, mesmo que limitada a uma pesquisa bibliográfica, traz reflexões importantes para as políticas linguísticas uma relação de (des)colonização de Angola.

6 PROBLEMATIZAÇÃO

6.1 Questão central

De que forma os fatores de análise das políticas linguísticas (SEVERO, 2013; OLIVEIRA, 2004; CALVET, 2007) colaboram para a compreensão das ideologias linguísticas, analisando a valorização das línguas nacionais em Luanda-Angola (considerando o período colonial e pós-colonial), a partir do uso do Português em instituições educacionais, implementação da língua portuguesa no ensino formal, órgãos de comunicação social e da legislação nacional?

Outras questões:

a) Como as leis e documentos legais são utilizados para intervir na valorização do uso de línguas de forma oficial tanto em instituições educacionais quanto em instituições legais?

b) De que forma os factores que levam os luandenses ao “desuso” (desvalorização) das línguas nacionais no seu meio social?

c) Como os factores de desvalorização das línguas nacionais ocorrem e como elas podem influenciar outras províncias de Angola?

7 Hipóteses¹

Os fatores que fazem com que os indivíduos residentes em Luanda desvalorizem as línguas nacionais exercem maior influência nas decisões do estado sobre a questão das línguas em Angola.

8 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O trabalho debruça-se nos fatores que influenciaram nas decisões do planejamento linguísticos em Luanda, a partir do sentido histórico no período colonial e pós-colonial. No segundo tópico, começamos a citar as causas e consequência das políticas públicas criadas pelo estado na valorização e desvalorização das línguas nacionais e oficiais, pensando na implementação da língua portuguesa no ensino educacional de Luanda.

8.1 CONTEXTUALIZAÇÕES DAS LÍNGUAS EM LUANDA- ANGOLA

No processo inicial de colonização por Portugal, Angola deparou-se com uma nova língua que não era proveniente do seu território que é a língua portuguesa, trazida pelos navegantes nas primeiras embarcações que vinham para explorar as riquezas do território (BANZA 2014). Durante a colonização, o povo angolano foi violentamente impedido de fazer o uso das suas línguas nativas (FONSECA, 2012; BANZA, 2014).

A política linguística angolana estava ao serviço do regime repressivo, pelo que o uso e o ensino dos idiomas nacionais nas escolas nunca foram postos em prática. As crianças deparavam na escola com uma realidade estranha, na qual se integravam através de uma língua europeia completamente diferente da sua língua materna. Em 1845, o português foi proclamado a língua oficial de Angola e o uso das línguas indígenas, denominadas de “línguas de cão”, foi proibido com exceção da catequese (Hlibowicka- Węglarz 2003: 32).² O ensino do português nunca teve em conta as línguas nacionais faladas pelos alunos. Mesmo assim, o português não conseguiu implantar-se em

¹

todo o espaço nacional devido à resistência oferecida pelo povo angolano. Hoje em dia, é utilizado, sobretudo nas cidades, onde até há africanos que desconhecem as línguas nacionais. Nas zonas rurais, pela utilização limitada que se faz do idioma português, o conhecimento dele é quase nulo. O português falado pelos habitantes das cidades não apresenta grandes diferenças em relação ao português de Portugal (CZOPEK, 2011)

Na época colonial pra um angolano ser conhecido como assimilado tinha que saber ler escrever e falar fluentemente o português se vestir idêntico aos portugueses ter um padrão de vida, hábitos, costumes e religião.

Com o decorrer da luta de independência e saída em massa dos portugueses no território nacional em 1975, Angola alcançou a sua e desejada independência. Isso, contudo, não possibilitou a agilidade de políticas educacionais e políticas linguísticas que fortalecessem a identidade do povo angolano.

Segundo Chicumba (2013, p.4)

Alcançada a efetiva soberania nacional (1975), as consequências político-militares subsequentes relativos ao conflito armado que se desencadeou, provocaram fuga maciça de técnicos qualificados em debandada, deixando o país desprovido de recursos humanos capazes de conduzir e assegurar os serviços mínimos indispensáveis, com principal enfoque ao sector educativo.

Dada a necessidade de funcionamento de um sistema de educação que pudesse atender à demanda local, Chicumba (2013) informa que o primeiro movimento necessário para “fazer a roda [da educação] girar”, digamos assim, seria a implementação de uma reforma educativa que possibilitasse a nacionalização das escolas (privadas, religiosas e estatais).

Já com posse do estado Angolano na gestão do povo angolano, foi iniciada a campanha de alfabetização nacional mais essa alfabetização era feita só em uma língua isso quer dizer quem já falava uma língua nacional era considerado de analfabeto por isso Angola registou um índice tão alto de analfabetismo por conta da língua portuguesa com a decorrência da guerra civil nessa mesma época (1975) segundo o autor.

Uma segunda guerra civil, com maior incidência na zona urbana, propiciou a que os habitantes abandonassem a costa em direção ao interior do país. Atualmente, “a grande maioria dos “refugiados” encontram-se instalados em zonas urbanas”. (CUNHA, 2001, p.2)

Com o deslocamento em massa da população de outras províncias para Luanda durante a guerra civil em Angola acontecia muito choques culturais troca de línguas porque em Luanda há mais zonas urbanas diferentes de outras províncias e a língua portuguesa já domina essas zonas urbana de Luanda

Tudo isso explica a situação linguística atual de Angola no que tange na escolha de uma só única língua oficial por razões de ordem sociopolítico deixando assim de lado as línguas nativas existente no país com isso justifica-se

O abandono significativo das línguas autóctones em direção ao uso do português, ou seja, a mudança de língua é consequência do prestígio atribuído à língua portuguesa; na verdade, contrariamente ao que se verificam nos demais países africanos em situações linguísticas semelhantes, a proporção de monolíngues em Angola, por escolha da língua materna europeia, parece ser um caso excepcional (CHAVAGNE, 2005, p. 17 *apud* CAMPOS, 2016, p.26).

Foi a partir da Constituição Nacional (2010), o Estado estabeleceu a língua portuguesa como a única língua oficial, como consta no artigo 19 (ANGOLA/CRA, 2010, p. 27). Ainda no Artigo 19, da Constituição da República de Angola, o parágrafo 2: “O estado valoriza e promove o estudo, o ensino e a utilização das demais línguas de Angola, bem como das principais línguas de comunicação internacional”. A ausência dos nomes das línguas vivas como Kikongo, Kimbundo, Tchokwe, Umbundu, Oshikwanyama, Nganguela, expressa um enfraquecimento político das demais línguas dentro do país. O apagamento por si só, implica desvalorização, mas também pode sugerir desconhecimento sobre a quantidade e o nome de todas as outras línguas faladas. A preocupação que se apresenta é que o governo não se dedica no conhecimento das línguas locais, elas serão, economicamente, menos prestigiadas do que a língua oficial.

Segundo estatísticas apresentadas num estudo de Liliana Inverno (2004), em 1975, 59% da população nas áreas rurais não tinham nenhum conhecimento de português e apenas 0,8% o utilizava com alguma frequência. De acordo com alguns dados estatísticos do mesmo estudo³, só 20% da população, concentrada na costa litoral, fala o português. Este rácio é constituído pela elite e a juventude dos centros urbanos do litoral, ao passo que, 80% residentes das áreas circunvizinhas do litoral e interior são monolíngues ou bilíngues em diferentes línguas nacionais africanas faladas no país (BENTO. 2010 p. 18).

O abandono das línguas nacionais em direção da língua portuguesa é uma consequência do prestígio atribuído à língua portuguesa pela política internacional. Uma

consequência desses “poder” é ilustrada pelo dado populacional feito em 2014, onde 71% da população angolana fala a língua portuguesa. Entre os falantes, o maior número é constituído pelas elites e pelas novas gerações residentes em centros urbanos.

8.2 POLÍTICAS LINGUÍSTICAS NA EDUCAÇÃO ANGOLANA

Em Angola, o planeamento linguístico é decidido entre a relação estatal-legislativo, onde são oficializadas as línguas, a escolha de alfabeto para a representação gráfica de uma língua, a hierarquização formal das línguas (línguas de trabalho, oficiais, nacionais, por exemplo), entre outros.

O panorama da educação em Angola revela as mesmas desigualdades de género presentes em outros contextos da sociedade, ainda que se registe uma tendência crescente da taxa de escolarização. No ensino primário, durante o período de 2000 a 2003, houve um aumento de 56,7% para 91,1%, mais especificamente de 52% para 76,6% nas raparigas e de 60,3% para 123,3% nos rapazes. Podemos assim concluir que existem mais rapazes a frequentar o ensino do que raparigas. 20 Em 1998, as estimativas apontavam para uma taxa de analfabetismo de 50% nos homens e de 70% nas mulheres, mas em 2000 a taxa de analfabetismo (população com idade igual ou superior a 15 anos) era de 58%. No entanto, até 2001 cerca de 4.000.000 pessoas (55% são mulheres) foram alfabetizadas²¹. Há ainda que salientar que, em 2003, a taxa de abandono escolar no ensino primário era de 22%. (p.56)

“demarca três grupos caracterizadores deste processo de escolarização: os alunos que têm o português como língua materna, os que têm uma língua africana de Angola como língua materna e ainda os alunos que não dominam nenhuma língua em particular, mas que, ainda assim, têm portugueses como língua materna” (QUINO, 2009,)

As políticas linguísticas podem ser implementadas em diferentes espaços da estrutura estatal sem que se perceba que seja uma política linguística. Isso, como explica Gilvan (2016), ocorre porque a relação entre língua e sociedade é indissociável, estando entrelaçada em diferentes instâncias de poder.

Segundo Severo (2013), “Políticas Linguísticas” teria surgido enquanto campo científico quando William Bright organizou um evento na universidade da Califórnia, em 1968, com a presença de “Haugen, Labov, Gumperz, Hymes e Ferguson”

(2013, p. 452). Esses pesquisadores faziam emergir naquele momento tanto as “políticas Linguísticas”, quanto a “Sociolinguística”, nos EUA e na Europa.

No Brasil, Gilvan (2016) faz uma distinção do campo das políticas linguísticas. Um que estaria associada às políticas públicas e outra que seria uma disciplina.

Assim considero importante ver o termo das duas perspectivas: da perspectiva [sic] das políticas “Política Linguística” por outro, que, para a CAPES, **é uma área da linguística, dentro da sub-área de sociolinguística ou de linguística aplicada**, com uma história de uns 60 anos no meio universitário ocidental, e recém na adolescência no Brasil (GILVAN, 2016, p. 382-383).

Segundo (GILVAN, 2016, p. 383)

Políticas linguísticas são uma área das políticas públicas concebidas e executadas por instituições que tem ingerência na sociedade, como os estados os governos, as igrejas as empresas, as ONGs, associações e até as famílias.

Já foram criadas políticas para implementação das línguas nacionais nas escolas em 1985 na época do início da alfabetização criada pelo estado em Luanda. “O Governo da República de Angola publicou a Lei de base do sistema de Educação (Lei 13/01), que aprova a reforma educativa que vem sendo implementada, paulatinamente. Esta lei de bases. Postula no artigo 9 que “o estado promove e assegura as condições humanas, científico, técnicas, materiais e financeiras para a expansão e a generalização da utilização e do ensino de línguas nacionais” (CHICUMBA, 2012, p.29).

Isso mostra que foram criadas condições para implementação, mas elas não ocorreram como esperado, porque foi um fracasso por causa das tomadas decisões do Estado.

Segundo (CHICUMBA, 2012) diz como seriam implementadas as línguas nacionais no sistema educacional, em que na primeira instância abrangeria 4,5 mil alunos da primeira classe de algumas escolas do ensino primário de Luanda, 35 coordenadores cinco para cada língua a ser ministrada e 105 professores do ensino primário e ao INIDE(Instituto nacional de investigação e desenvolvimento da educação) caberia a elaboração dos materiais pedagógicos dos professores e alunos e a outra fase seria dedicada a formação de professores, ensaiar e assegurar a supervisão da aplicação

da metodologia de ensino das línguas nacionais” (CHICUMBA, 2012, p.44). Nesta fase foram selecionadas seis línguas nacionais: , Kikongo, Kimbundo, Tchokwe, Umbundu, Oshikwanyama, Nganguela. Se o ensino bilíngue tivesse êxito, abrangeria mais regiões, escolas e classes.

Os Estatutos das Línguas Nacionais, criado em 2011,

Quadro 2 - Demonstração do Ensino das Línguas Nacionais

LINGUA NACIONAL	REGIAO DE INFLUENCIA	PROVINCIA
Fiote	Norte	Cabinda
Kikongo	Norte	Uige, Zaire
Kimbundu	Centro Norte	Luanda, Bengo, Kwanza -Norte, Kwanza- sul e Malanje.
Tchokwe	Leste	Lunda-Norte, Lunda-Sul e Moxico.
Umbundu	Centro Sul	Benguela, Huambo e Bie.
Oshikwnyama	Sul	Huila, Namibe e Cunene.
Nganguela	Sudoeste	Cuando-Cubango

Fonte: (CHICUMBA, 2012, p.30).

“Em 2005 foi criado um projeto de lei sobre o estatuto das línguas nacionais e só foi levada pra aprovação pelo conselho de direção do Mincult 13 de setembro de 2010 e foi aprovada pelo grupo técnico da comissão para a política social favoreceu os seguintes departamentos governamentais como: ministério do ensino superior, ciência e tecnologia, ministério da administração pública, emprego e segurança social, ministério da assistência reinserção social e mistério da educação” (Luanda, Agosto, de 2011). Mas essas leis não se fazem valer a pena o esforço do Estado, porque ela não é usada no tange pra valorização das línguas tanto na implementação no ensino formal .

Os líderes angolanos se apropriaram da língua portuguesa como língua oficial do novo estado onde a língua portuguesa convive com as demais línguas nacionais e étnicas. Cotidianamente ela se afirma como língua de altos escalões do governo e da burocracia mais também na literatura e na música. No imaginário sociocultural na realidade concreta como uma língua de prestígio e que hierarquiza grupos, segmentos e indivíduos porque ela está associada no mercado de bens materiais e simbólicos e define o lugar do indivíduo ou grupos ou segmento social ocupa na estrutura no cotidiano angolano (FONSECA, 2012, p.5).

A língua portuguesa organiza e estrutura a vida administrativa e gerencial em Luanda e no restante dos países por ser uma língua de escolarização e de comunicação com o exterior e por ser da administração pública.

Os líderes angolanos conseguiram ser mais eficazes e contundentes em transmitir a língua portuguesa em diversos rincões e grotões étnicos do país em 37 anos mais do que o fez o conquistador português em cerca de 500 anos. Uma língua é investida de certo status comunicativo em virtudes de regras convencionais de uso linguísticos (COBARRUBIAS; FISHMAN, 1983, p.49). O planejamento linguístico é uma tentativa de alguém de modificar o comportamento linguístico de alguma comunidade por algum motivo (KAPLAN; BALDAUF, 1997, p.3).

9 METODOLOGIA

Esse estudo, de natureza qualitativa, tem por finalidade realizar uma pesquisa exploratória, por meio da análise de documentos oficiais de Angola e Luanda sobre as Políticas Linguísticas e políticas educacionais para o ensino de línguas na capital.

Para tanto, optamos pela análise dos seguintes documentos;

a) constituição da república de Angola (2010).

b) Anteprojeto do estatuto das línguas de (2011)

c) outros documentos que possam ser considerados importantes durante a pesquisa.

Optamos pela pesquisa bibliográfica pelas limitações estruturais para a realização de uma pesquisa de campo, uma vez que estamos no Brasil.

Detectou-se também a necessidade da pesquisa bibliográfica no momento em que se fez uso de matérias já elaborados : livros, artigos científicos e documentos eletrônicos na busca de alocação de conhecimentos com abordagem já trabalhadas com outros autores .

10 Sobre procedimentos de análise de dados

Utilizamos como método a pesquisa documental uma vez que foram selecionados os textos oficiais sobre o uso de língua oficial portuguesa, entendida como a língua de prestígio. Além do português, também são línguas que concorrem com o uso dos falantes nativos: Kikongo, Kimbundo, Tchokwe, Umbundu, Oshikwanyama, Nganguela.

A presente pesquisa será realizada em três momentos.

No primeiro momento, realizaremos uma pesquisa bibliográfica para compreender as várias concepções do conceito de “Políticas Linguísticas” e compreender de que forma podemos explorá-lo em território angolano.

No segundo momento, fazemos uma pesquisa sobre os documentos.

Também vale ressaltar dados sobre os documentos Constituição da República de Angola (2010), Estatuto das Línguas (ano), e documentos produzidos pelo Instituto de Estatística das Línguas Nacionais (INIDE/ Angola) para avaliar.

Os textos analisados trazem dados da Lei 13/01, artigo 19, de 2010, além das leis... (dizer o nome das outras leis) para explicar como a Língua oficial, que é o português, é entendida como língua de poder nos grupos sociais que disputam outras ideologias em ambiente escolar (seja primário, seja acadêmico).

No terceiro momento, iniciaremos a análise de dados.

A pesquisa assume como estudo de caso, sendo exploratória, por sua vez, proporcionar maior familiaridade com o problema, tornando o explícito ou construindo hipóteses sobre eles através de levantamento bibliográfico. Por ser um tipo de pesquisa específica, quase sempre ele assume a forma de um estudo de caso (GIL, 2008 p 27).

Como procedimentos, podemos citar a necessidade de pesquisa bibliográfica, isso porque faremos uso de material já publicado, constituído principalmente de livros, também entendemos como um procedimento importante estudo de caso como procedimento técnico. Tem-se como base para o resultado da pesquisa um caso em específico que poderá ser expandido futuramente.

11 CRONOGRAMA

	Março	Abril	Maio	Junho	Julho
Revisão da bibliografia	X				
Pesquisa documental		X			
Análise dos dados		X	X		
Produção do texto monográfico			X		
Revisão final			X	X	
Defesa					X

RÊFERÊNCIAS

BENTO, Cristina Teresa Joaquim Sebastião Francisco. **Contributos para uma caracterização Linguística do Luandense**. Dissertação (Mestre em Línguas e Literaturas e Culturas). Universidade de Aveiro. 2010.

CALVET, Louis-Jean. **As políticas linguísticas**. São Paulo: Parábola, 2007.

BANZA, Ana Paula. “O Português em Angola: uma questão de política linguística”. In FIÉIS, Alexandra, Maria; LOBO, Ana Madeira, orgs. **O Universal e o Particular**. Uma vida a comparar. Homenagem a Maria Francisca Xavier. Lisboa: Edições Colibri, 2014, p. 29-38.

OLIVEIRA, Gilvan M. As Línguas brasileiras e os direitos linguísticos. In: OLIVEIRA, Gilvan M. (Org.). **Declaração Universal dos Direitos Linguísticos**: novas perspectivas em Política Linguística. São Paulo: IPOL/ABL/Mercado de Letras, 2004.

SEVERO, Cristine Gorski. Política(s) linguística(s) e questões de poder. **Alfa**, São Paulo, 57 (2): 451-473, 2013.

CHICUMBA, Mateus Segunda. A educação bilingue em Angola e o lugar das línguas nacionais. **IV Colóquio Internacional de Doutorandos/as do CES**, 6-7 dezembro 2013 Cabo dos Trabalhos.

CZOPEK, Natália. Lá porqué você fala uma língua nacional, não é mais angolano do que eu. **Romanica Cracoviensia** 11 / 2011. p. 83 – 89.

CONSTITUIÇÃO Da Republica De Angola , Artigo 19 (Línguas) 2010.p27.

MINISTERIO Da Cultura. Projeto De Lei Sobre o Estatuto Das Línguas Nacionais. Luanda, Agosto de 2011.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e Técnicas De Pesquisa Social 6ed. São Paulo: Atlas S.A, 2008.

<https://ciberduvidas.iscteuiul.pt/outros/diversidades/areas/L%C3%ADnguas%20de%20Angola/pagina/1>

REVEL, v14, n.26.2016. Políticas Linguísticas: Uma Entrevista Com Gilvan Muller De Oliveira p382-383.